PREFEITURA DE ALEGERA DE ALEGRES

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Inexigibilidade de Chamamento Público para Celebração de Parceria com o Município

O Município de Alegrete/RS, por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em conformidade com o art. 31 (inexigibilidade) da Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada a inexigibilidade de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de fomento, a ser celebrada com a entidade LIGA ALEGRETENSE DE FUTEBOL – LAF, de modo que se torna público a justificativa de inexigibilidade que está disponível pelo link Marco Regulatório, no site da Prefeitura Municipal de Alegrete.

Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas no Protocolo Geral do Palácio Ruy Ramos, junto a Praça Getúlio Vargas.

Alegrete, 31 de julho de 2024.

MÁRCIO FONSECA DO AMARAL

Prefeito de Alegrete



JUSTIFICATIVA

Celebração de Parceria - Inexigibilidade - Lei 13.019/2014

PARCEIRO: LIGA ALEGRETENSE DE FUTEBOL - LAF

CNPJ: 89.828.123/0001-29

OBJETO: "(...) Execução da Emenda Impositiva Indivual nº 0030/2023 visando combater a ascendente violência juvenil em Alegrete por meio do esporte, especificamente o basquete."

VALOR: R\$43.990,61 (quarenta e três mil novecentos e noventa reais com sessenta e um

centavos)

VIGÊNCIA: Início 30 dia ARR; Término 180 dias ARR

SECRETARIA VINCULADA: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Trata-se de justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de parceria via Termo de Fomento com a instituição parceira acima indicada.

Os documentos entregues pela entidade foram devidamente analisados pela Procuradoria Geral do Município e demonstram que tal parceria atende o interesse público e obedece o que prevê a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 499/2016 para a celebração do Termo de Fomento, sendo inexigível, portanto, o Chamamento Público.

Assim sendo, homologo o parecer da PGM, adotando o entendimento pela Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração desta parceria, devendo a presente justificativa ser disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Alegrete, como forma de atender o previsto no art.32, § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014.

Transcorrido o prazo de <u>5 (cinco) dias</u> sem que haja a impugnação desta decisão, e havendo a aprovação do projeto de lei pela Câmara Municipal de Alegrete, deverá ser elaborado o respectivo termo de fomento para cumprimento do objeto da parceria.

Alegrete, 31 de julho de 2024.

MÁRCIO FONSECA DO AMARAL

Prefeito de Alegrete